

Neoliberalismo, governamentalidade e ética*

Trent H. Hamann

Professor assistente de
filosofia na Universidade St.
John em Nova Iorque.

RESUMO:

Este artigo ilustra a relevância da análise de Michel Foucault sobre a governança neoliberal para uma compreensão crítica das transformações recentes na vida individual e social nos Estados Unidos, particularmente em termos de como os domínios do público, do privado, do pessoal e do político são compreendidos e praticados. O objetivo central da governamentalidade neoliberal (“a condução da conduta”) é a criação estratégica de condições sociais que encorajam e exigem a produção do *homo economicus*, uma forma de subjetividade historicamente específica constituída como um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo. O sujeito neoliberal é um indivíduo moralmente responsável por navegar pelo campo social, utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício. Ao mesmo tempo em que as formas mais tradicionais de dominação e exploração características do poder soberano e disciplinar permanecem evidentes no nosso mundo “globalizado”, os efeitos do assujeitamento produzidos no âmbito da vida cotidiana por meio da “condução da conduta” neoliberal recomenda que reconheçamos e inventemos novas formas de crítica e subjetivação ética que constituem resistência a suas ameaças específicas.

Palavras-chave: Foucault, neoliberalismo, governamentalidade, biopolítica, homo economicus, genealogia, ética, crítica.

ABSTRACT:

This paper illustrates the relevance of Foucault’s analysis of neoliberal governance for a critical understanding of recent transformations in individual and social life in the United States, particularly in terms of how the realms of the public and

* O presente texto é tradução de artigo publicado na *Foucault Studies*, No. 6, pp. 37-59, February 2009.

the private and the personal and the political are understood and practiced. The central aim of neoliberal governmentality (“the conduct of conduct”) is the strategic creation of social conditions that encourage and necessitate the production of *Homo economicus*, a historically specific form of subjectivity constituted as a free and autonomous “atom” of self-interest. The neoliberal subject is an individual who is morally responsible for navigating the social realm using rational choice and cost-benefit calculations grounded on market-based principles to the exclusion of all other ethical values and social interests. While the more traditional forms of domination and exploitation characteristic of sovereign and disciplinary forms of power remain evident in our “globalized” world, the effects of subjectification produced at the level of everyday life through the neoliberal “conduct of conduct” recommend that we recognize and invent new forms of critique and ethical subjectivation that constitute resistance to its specific dangers.

Keywords: Foucault, neoliberalism, governmentality, biopolitics, homo economicus, genealogy, ethics, critique.

Introdução

Em seu curso de 1978-1979 no *Collège de France*, *O nascimento da biopolítica*¹, Michel Foucault apresentou o que hoje se reconhece como uma análise incrivelmente premonitória do neoliberalismo. Nos 30 anos desde que ministrou essas aulas, sua pertinência e valor para uma compreensão crítica das formas contemporâneas da governança política nos Estados Unidos aumentaram. Como demonstro a seguir, as experiências cotidianas refletem um *ethos*² neoliberal que opera em quase todos os aspectos da nossa vida individual e social, com consequências

¹ Michel Foucault, *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Tradução de Graham Burchell, organização de Arnold I. Davidson. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

² Andrew Barry, Thomas Osborne e Nikolas Rose observaram que para Foucault o liberalismo (e, por extensão, o neoliberalismo) indica algo como um *ethos* do governo em vez de um momento histórico específico ou doutrina única. Ver introdução a BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (Orgs) (1996). *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-liberalism and Rationalities of Government*, Chicago: The University of Chicago Press., p. 8.

terríveis para muitos e perigosas para a maioria ou para todos nós. De fato, o objetivo central da governamentalidade neoliberal³ é a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do *homo economicus*, uma forma específica de subjetividade com raízes históricas no liberalismo clássico. Contudo, enquanto o liberalismo situa o “homem econômico” como um “homem de troca”, o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em *todos* os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de “capital humano” e assim tornarem-se “empreendedores de si”. O *homo economicus* neoliberal é um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, *excluindo explicitamente* todos os demais valores e interesses. Aqueles que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmos. É aqui que podemos reconhecer a importância vital da ligação entre as análises de Foucault sobre a governamentalidade, iniciadas no final dos anos 1970, e seu interesse nas tecnologias de si e na autoconstrução ética, que buscou até o final de sua vida, em 1984. Suas análises do “governo” ou da “condução da conduta” unem o governo dos outros (assujeitamento) e o governo de si (subjetivação). De um lado, a governança biopolítica das populações e, de outro lado, o trabalho que indivíduos realizam sobre si mesmos para tornarem-se certos tipos de sujeitos. Enquanto as formas mais tradicionais de dominação e exploração características do poder soberano e disciplinar permanecem evidentes no nosso mundo “globalizado”, os efeitos do assujeitamento produzidos no âmbito da

³ Foucault define “governamentalidade” como um dispositivo de poder administrativo “que tem a população como seu alvo, a economia política como seu saber principal e os dispositivos de segurança como seus instrumentos técnicos essenciais.” Ver Foucault, 2007: 108-9. FOUCAULT, Michel (2007). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Tradução de Graham Burchell, organização de Arnold I. Davidson. New York: Palgrave Macmillan, pp. 108-9.

vida cotidiana por meio da “condução da conduta” neoliberal recomenda que reconheçamos e inventemos formas proporcionais de crítica, “contra-conduta” e subjetivação ética que constituem resistência a suas ameaças.⁴

I. Neoliberalismo como experiência cotidiana

Um dos desenvolvimentos significativos da vida contemporânea que pode recair sob o título de “neoliberalismo” pode ser conhecido por meio das diversas maneiras pelas quais as distinções tradicionais entre público e privado, de um lado, e o político e pessoal, de outro, têm sido gradualmente turvadas, invertidas ou simplesmente eliminadas. A exposição dos domínios privado e pessoal da vida ocorreu não apenas por meio dos exemplos mais evidentes do aumento da vigilância governamental e corporativa (considere as empresas de telecomunicação e os monitoramentos ilegais de comunicações eletrônicas pagas com dinheiro do contribuinte ou o crescente uso de microchips de identificação por frequência de rádio (RFID) implantáveis em humanos), mas, de forma mais sutil e significativa, pela maneira pela qual atividades de produção e consumo praticadas tipicamente em espaços públicos estão sendo realizadas cada vez mais dentro de casa, espaço que era dedicado exclusivamente ao lazer e aos afazeres domésticos. Tornou-se cada vez mais comum encontrar atividades como teletrabalho, telemarketing e compras pela Internet ou TV a cabo sendo feitas em casa. Tecnologias

⁴ Ao longo desse artigo eu seguirei a distinção feita por Alan Milchman e Alan Rosenberg entre 1) “assujeitamento” (*assujettissement*) ou as formas pelas quais *outros* são governados e objetivados em sujeitos por meio de um processo de poder/saber (incluindo, mas não limitado, a subjugação e sujeição posto que um sujeito pode ter autonomia e as relações de poder podem ser resistidas e revertidas), e 2) “subjetivação” (*subjectivation*) ou as formas pelas quais os indivíduos governam e constroem a *si mesmos* em sujeitos tomando como base aquilo que acreditam ser a verdade. A subjetivação pode assumir tanto a forma de auto-objetivação de acordo com processos de assujeitamento, ou pode assumir a forma de uma subjetivação de um verdadeiro discurso produzido por meio de práticas de liberdade em resistência aos dispositivos predominantes de poder/saber. Ver MILCHMAN e ROSENBERG, 2008.

quase onipresentes como telefones, computadores pessoais com acesso à Internet, *paggers*, telefones celulares, GPS e outros aparelhos sem fio tornaram espaços privados e o tempo pessoal acessíveis às demandas de negócio e, cada vez mais, dos interesses do governo. Para simplificar, não se pode mais afirmar, como disse Marx, que o trabalhador “está em casa quando não está trabalhando, e quando está trabalhando não está em casa” (Marx, 1964: 110). *Reality shows*, redes sociais, *webcams* e *blogs* confessionais contribuíram para a exposição do domínio privado de maneira imprevisível pelo conhecido slogan feminista dos anos 1960: “o pessoal é político”.

No interior desse domínio anteriormente público, vemos que os interesses privados ou amálgamas público/privado assumiram maior controle e influência. Em grandes áreas urbanas, *Business Improvement Districts* (BIDs)⁵ apropriaram-se de funções governamentais tradicionais, como cobrança de impostos, saneamento e definição de políticas, em municípios com restrições financeiras. Por muitos anos o governo federal dos Estados Unidos se desfez de bens públicos tradicionais como parques, água e transporte aéreo para transformá-los em negócios com finalidade lucrativa, muitas vezes em troca de promessas rasas e não realizadas de servir ao interesse público. Muitas instituições que eram públicas ou governamentais, como hospitais, escolas e presídios, são atualmente geridas de forma privada por corporações com finalidade lucrativa, ao mesmo tempo em que um número cada vez maior de pessoas fica sem assistência à saúde, a qualidade da educação é reduzida e aumenta a população carcerária. Esforços regulares têm sido feitos para dar continuidade às privatizações, quando não eliminar bens públicos tradicionais como assistência à saúde, bem-estar e seguridade social. Além

⁵ *Business Improvement Districts* são parcerias público-privadas que tiveram início nos anos 1970, particularmente nos Estados Unidos e Canadá, com o objetivo de desenvolver negócios e melhorar a qualidade de vida de uma determinada comunidade, com autorização da prefeitura e conselhos municipais (N.T.).

disso, problemas antes considerados mazelas sociais transferiram-se para o domínio pessoal: pobreza, degradação ambiental, desemprego, falta de moradia, racismo, sexismo e heterossexismo: todos foram reinterpretados como questões privadas que deveriam ser atendidas pela caridade voluntária, pela mão invisível do mercado, pelo cultivo de “sensibilidades” pessoais em relação aos outros ou fortalecendo a própria autoestima. Corporações, igrejas, universidades e outras instituições integraram à sua missão a organização de treinamento compulsório de empregados nessas e outras áreas de desenvolvimento pessoal e administração de si⁶. Assim como enfermidades e doenças são frequentemente consideradas pela grande mídia como um problema de perda de receita das empresas, em vez de um efeito de um ambiente insalubre ou de precários procedimentos de segurança no trabalho, as corporações fortaleceram as práticas de promoção da plena responsabilidade dos trabalhadores pela sua própria saúde e bem-estar, oferecendo incentivos aos funcionários para participação em treinamentos físicos, gestão de estilo de vida e programas de dieta. Podemos verificar também um aumento regular das tecnologias de “autoajuda” e “poder pessoal”, que vão desde as antigas escolas do “pense e enriqueça” até as novas técnicas que prometem maior controle sobre a autogestão de qualquer coisa, do tempo à raiva.⁷ Esses e outros exemplos demonstram o quanto muito do que era compreendido como social e político foi reposicionado no interior do campo do autogoverno, frequentemente por meio de técnicas impostas por instituições privadas, como escolas e empresas.

⁶ O autor utiliza, na versão original do artigo em inglês, a expressão *self-management*. Uma tradução direta do termo poderia ser “autogestão”. No entanto, o termo, que nesse contexto expressa uma dimensão própria do neoliberalismo, acabaria por remeter à noção de autogestão introduzida pelas práticas anarquistas, marcadas por uma forma de organização econômica e política apartada de hierarquias – práticas que se distanciam e não se confundem com as descritas neste trecho pelo autor (N.T).

⁷ Ver BINKLEY, Sam (2009). “The work of neoliberal governmentality: temporality and ethical substance in the tale of two dads”. In: *Foucault Studies*, nº 6, pp. 60-78.

Em uma escala maior, há evidências claras de que as decisões políticas governamentais sofrem, de maneira crescente, influência dos interesses privados de corporações e indústrias, para as quais as metas do próximo trimestre se sobrepõem a qualquer interesse público de longo prazo. Organizações transnacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio utilizam frequentemente seu alcance global para estabelecer o que na maioria das vezes são políticas sociais de austeridade por meio dos Programas de Ajuste Estrutural, práticas associadas à contínua expansão de populações vivendo em favelas ao redor do mundo.⁸ Ao passo que muitos dos discursos da “propriedade” e similares promoveram os ideais populistas de escolha, liberdade, autonomia e individualismo, a realidade é que indivíduos ao redor do mundo estão cada vez mais sujeitos às severas, imprevisíveis e imperdoáveis demandas das forças de mercado e aos tipos de juízos impessoais que as avaliam em termos de cálculos de custo-benefício dos riscos econômicos, responsabilidade financeira, produtividade, eficiência e conveniência. O recente colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, os custos crescentes de combustível e alimentação e os recordes de crescimento da taxa de desemprego talvez ilustrem não a falência do que tem sido chamado de “sociedade da propriedade”, mas seu sucesso na institucionalização de um princípio moralizador de punir aqueles que não acumularam “capital humano” suficiente. Exemplos como esse sugerem que, pelo menos até certo ponto, a estratégia neoliberal de inculcar valores de mercado em cada aspecto da vida social e de transferir a responsabilidade para o indivíduo foi bem sucedida.

⁸ Ver: DAVIS, Mike (2006). *Planet of Slums*. New York: Verso.

II. Neoliberalismo como governamentalidade

Em seus cursos de 1978-79, Foucault analisou o liberalismo como uma forma histórica de governamentalidade biopolítica, ou seja, como uma forma de racionalidade política dedicada ao governo das populações e à condução da conduta individual de acordo com “a regra interna da economia máxima” (Foucault, 2008: 318). Sua análise genealógica do liberalismo o levou a examinar o ordo-liberalismo da Alemanha Ocidental, entre os anos 1942 e 1962, e o liberalismo estadunidense da Escola de Chicago, desenvolvido posteriormente. Foucault apontou que ambas as formas de neoliberalismo foram concebidas, desde o início, como respostas críticas e intervencionistas a formas específicas de governamentalidade. Para os alemães ocidentais, que enfrentaram a desafiadora tarefa de construir um novo Estado do zero, tal forma constituiu-se como uma crítica ao poder excessivo do nazismo, e para os estadunidenses foi uma reação ao excessivamente amplo Estado de bem-estar do *New Deal* e suas interferências nos mecanismos de mercado. Neste sentido, ambas as escolas estavam vinculadas, desde o início, ao liberalismo clássico na medida em que eram formas de “razão crítica governamental” ou racionalidade política que teorizava o governo como imanentemente autolimitante em virtude de suas responsabilidades primárias de sustentar a economia (Idem: 12-3). O que fascinava Foucault a respeito dos neoliberais estadunidenses em particular, e o que os distinguia dos ordo-liberais da Alemanha Ocidental, era sua expansão sem precedentes do empreendimento liberal a partir de todo o campo social. Os estadunidenses pretendiam “estender a racionalidade de mercado, seus esquemas analíticos e seus critérios de tomada de decisão para campos não exclusivamente, ou não prioritariamente, econômicos: a família e a taxa de natalidade, por exemplo, ou a política infracional e penal” (Ibidem: 323). O governo é também reconstituído como um empreendimento a ser organizado, operado e sistematicamente

questionado de acordo com um “positivismo econômico” (Ibidem: 247). Na razão de Estado do neoliberalismo estadunidense, o papel do governo é definido por sua obrigação de fomentar a competição por meio da instalação de mecanismos de mercado para limitar e condicionar as ações de indivíduos, instituições e a população como um todo. De fato, a habilidade do governo em operar sob as regras de custo-benefício da economia máxima, ao mesmo tempo em que “vende” esse “modo de fazer”, torna-se seu critério único de legitimidade (Ibidem: 318).

Outra característica significativa do neoliberalismo é o seu reconhecimento explícito do fato de que nem o mercado nem a competição econômica entre indivíduos são uma realidade com leis intrínsecas ou auto-evidenciáveis. Ao contrário, a racionalidade neoliberal consiste em valores e princípios que devem ser ativamente instituídos, preservados, reavaliados e, se necessário, reinseridos em todos os níveis da sociedade (Ibidem: 120). Ao mesmo tempo em que a governamentalidade neoliberal busca minimizar o poder do Estado o máximo possível, ela também reconhece que o mercado só pode manter-se viável por meio do ativo suporte governamental e legal. Da mesma forma, ela reconhece explicitamente que a competição entre indivíduos só pode ser estimulada por meio de mecanismos sociais exclusivamente codificados, ordenados e reavaliados por valores de mercado. Está claro que, no interior da racionalidade da governamentalidade neoliberal⁹, o *homo economicus* ou o “homem econômico” não é um ser natural com formas de conduta e comportamento previsíveis, mas, ao contrário, trata-se de uma forma de subjetividade que deve ser trazida à tona e mantida por meio de mecanismos sociais de assujeitamento. Como demonstrarei a seguir, o “homem econômico” é um sujeito que deve ser produzido por meio de uma forma de conhecimento e de relações de poder que buscam encorajar e reforçar práticas individuais de subjetivação.

⁹ Aqui e no restante desse artigo a minha discussão sobre “neoliberalismo” irá se referir principalmente a variante histórica e contemporânea estadunidense.

III. *Homo economicus* como experiência diária

Governar pessoas não é uma maneira de forçar as pessoas a fazer o que o governo quer; é sempre um equilíbrio versátil, com complementaridades e conflitos entre técnicas que asseguram coerção e processos pelos quais o sujeito é construído ou modificado por ele mesmo (Foucault, 1993: 203-4).

A análise de Foucault em *O nascimento da biopolítica* aponta que uma das preocupações dos neoliberais era identificar a justificativa envolvida na decisão de um indivíduo em dedicar as capacidades finitas e os recursos limitados de sua vida a perseguir um objetivo ou agenda em detrimento de outros. Em referência à obra do economista Gary Becker, Foucault discutiu as teorias neoliberais de capital humano e criminalidade, ambas enfocando o princípio econômico da racionalidade para determinar os processos de tomada de decisão e ação. Por exemplo, em vez de interpretar o assalariado como um indivíduo obrigado a vender sua força de trabalho como *commodity* abstrata, o neoliberalismo descreve o salário como renda recebida pelo gasto de “capital humano”, que consiste tanto nas qualidades genéticas inatas de um indivíduo, quanto nas suas capacidades, gostos e conhecimentos adquiridos. Esse “capital humano” acumulado é interpretado como o resultado de investimentos anteriores e regulares em bens como educação, nutrição e treinamento, mas também amor e afeto. Nessa reconstrução do assalariado, os trabalhadores não são mais reconhecidos como dependentes do empregador, mas são moldados como empreendedores livres e autônomos, plenamente responsáveis por suas decisões supostamente racionais de investimento em si mesmos. Foucault aponta que essa definição de economia atribui a si mesmo a tarefa de analisar uma forma de comportamento humano em termos de sua racionalidade interna. A economia não é mais vista como a análise dos processos, mas como a análise da “programação estratégica da atividade de indivíduos” (Foucault, 2008: 223). Para Pierre Bourdieu, a instituição dessas novas formas de atividade empreendedora significou

que os níveis de competição tradicionalmente característicos das relações entre negócios e corporações estão agora profundamente enredados no nível da própria força de trabalho:

A competição é estendida aos próprios indivíduos por meio da individualização da relação salarial: estabelecimento de objetivos de desempenho individual, avaliação de desempenho individual, avaliação permanente, aumentos individuais de salário ou concessão de bônus em função da competência e do mérito individual; planos de carreira individualizados; estratégias de ‘delegação de responsabilidade’ destinadas a assegurar a auto-exploração da equipe que, simples trabalhadores assalariados em relações de forte dependência hierárquica, são ao mesmo tempo responsabilizadas por suas vendas, seus produtos, sua filial, sua loja, etc. como se fossem prestadores de serviço independentes. Essa pressão em direção ao ‘autocontrole’ estende o envolvimento do trabalhador de acordo com as técnicas de gerenciamento participativo muito além do nível gerencial. Todas essas são técnicas de dominação racional que impõem envolvimento excessivo no trabalho (e não apenas entre gestores) e trabalho sob condições de emergência e altos níveis de stress. E elas convergem para enfraquecer ou abolir padrões coletivos ou solidariedades (Bourdier, 1998).

Dentro do dispositivo (*dispositif*¹⁰) do neoliberalismo qualquer indivíduo é considerado “igualmente desigual”, como afirma Foucault. Exploração, dominação e todas as outras formas de desigualdade social são consideradas invisíveis como fenômeno *social* no sentido de que a condição social de cada indivíduo é julgada como nada mais do que os efeitos de suas escolhas e investimentos. Como assinalou Wendy Brown, o *homo economicus* não é construído como um cidadão que obedece às regras, busca objetivos comuns e lida com problemas compartilhados,

¹⁰ Daqui em diante eu irei me referir a esse ou aquele “dispositivo”, tal como leio o termo de Foucault *dispositif* para indicar os aparelhos ou dispositivos de saber-poder-subjetividade que condicionam, conformam e restringem nossa atualidade cotidiana.

mas como empreendedor racional e calculista que não é apenas capaz, mas é responsável por cuidar de si mesmo.¹¹ Brown afirma que isso tem o efeito de “despolitizar os poderes social e econômico” bem como reduzir a “cidadania política a um grau de passividade e complacência política sem precedência”. Ela escreve:

O cidadão-modelo neoliberal é aquele que constrói estratégias para ele mesmo entre as diversas opções sociais, políticas e econômicas, não aquele que se empenha com outros para alterar ou organizar essas opções. Uma cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto da preocupação com o público; de fato, ela nem existiria como público. O corpo político deixa de ser um corpo, mas é, ao contrário, um conjunto de empreendedores e consumidores individuais... (Brown, 2005: 43).

No interior desse panorama (anti)social quase hobbesiano, a “responsabilidade” dos indivíduos constitui uma forma de moralidade¹² de mercado, entendida como a maximização da economia por meio da deliberação racional autônoma de custos e benefícios seguida por práticas livremente escolhidas. Sujeitos neoliberais são constituídos como plenamente responsáveis por eles mesmos, e apenas eles, pois são subjetivados como plenamente autônomos e livres. O fracasso de um indivíduo em engajar-se no necessário processo de subjetivação, ou ao que o neoliberalismo se refere como uma “vida desgovernada” (Idem: 42), é consequência da falência moral daquele indivíduo. A racionalidade neoliberal permite que se evite qualquer tipo de responsabilidade coletiva, estrutural ou governamental pela vida, ainda que exemplos disso tenham aumentado nas últimas décadas. Em vez

¹¹ Ver BROWN, Wendy (2005). *Edgework: Critical Essays On Knowledge and Politics*. Princeton: NJ: Princeton University Press.

¹² Eu utilizo aqui o termo “moralidade” no sentido formal utilizado por Foucault. De maneira geral, trata-se do código (ou códigos) que determinam quais ações são permitidas ou proibidas e os valores atribuídos a essas ações. Esses códigos informam a relação ética que alguém tem consigo mesmo. Ver Foucault, 1983b: 237-8.

disso, populações empobrecidas, quando reconhecidas de alguma forma, são tratadas como “oportunidades” de investimento.¹³

Em julho de 2006, a ONU lançou um relatório, “Estado das Cidades do Mundo 2006/2007”, sobre o alarmante crescimento mundial do número de moradores em favelas. O relatório estima que até 2007 a maioria dos seres humanos estaria, pela primeira vez, vivendo nas cidades. Um terço desses moradores das cidades, o que significa um bilhão de pessoas, estaria vivendo em favelas. O relatório também estima que o crescimento da população favelada será de 27 milhões de pessoas por ano – crescimento que deve se manter por pelo menos duas décadas. Em 1996, 176 líderes de todo o mundo reuniram-se no *World Food Summit* e comprometeram-se a cortar pela metade, em 20 anos, o número de pessoas subnutridas ou que passam fome.¹⁵ Mais de uma década depois, o número de pessoas que passam fome em todo o mundo aumentou em 18 milhões, passando a um total de 852 milhões de pessoas, com uma média de 6 milhões de crianças que morrem de fome por ano. Houve, nos Estados Unidos, um aumento expressivo no número de pessoas sem-teto nos últimos 25 anos, devido principalmente ao crescimento da pobreza e à diminuição na oferta de alugueis a baixo custo.¹⁶ Apesar da natureza da falta de moradia dificultar a obtenção de

¹³ Nós verificamos isso, por exemplo, nas altas taxas de juros vinculadas crescentemente ao microcrédito disponibilizado para pobres “empreendedores” nos países em desenvolvimento. A visão da pobreza como oportunidade de investimento leva também frequentemente a problemas como deslocamentos forçados quando as terras são apropriadas para desenvolvimento comercial. Exemplos disso podem ser encontrados em qualquer lugar, de New Orleans a Nairobi.

¹⁴ O relatório completo “State of the World’s Cities 2006/7” e outros documentos relacionados podem ser acessados em formato PDF no site do UN-HABITAT: <http://hq.unhabitat.org/content.asp?cid=3397&catid=7&typeid=46&subMenuId=0> (acessado em 30 de abril de 2008). Eu não encontrei uma versão atualizada desse relatório no momento da elaboração desse artigo. [O relatório 2010/2011 pode ser acessado em <http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=8051&catid=7&typeid=46#>. Uma versão resumida em português do relatório está disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf (N.T.)]

¹⁵ Ver THORNTON, Phillip (2006). “More are Hungry Despite World Leaders’ Pledge”. In: *The Independent/UK*, 16/10/2006.

¹⁶ Todas as estatísticas, dados e números sobre população sem-teto foram extraídos do site da National Coalition for the Homeless: <http://www.nationalhomeless.org/publications/facts.htm> (acessado em 30 de abril de 2008).

estatísticas precisas e atuais, estima-se que uma média de 3,5 milhões de pessoas ficam em situação de rua por ano, sendo que o segmento que mais cresce é o de famílias com crianças. Em 2003, o número de crianças de até 18 anos sem casa aproximava-se de 40%. Em Nova York, as crianças totalizavam quase metade da população sem casa, enquanto que as famílias com crianças respondiam por 75% do total. E apesar de termos notícia de que o percentual da população empregada tem por vezes aumentado nos Estados Unidos, aumenta também o número de trabalhadores pobres e forçados a ter múltiplos empregos sem plano de saúde adequado e outros benefícios.

A abordagem neoliberal para lidar com a pobreza, o desemprego e a falta de moradia crescentes não é simplesmente ignorá-los, mas impor julgamentos punitivos por meio de efeitos moralizadores de sua racionalidade política. Por exemplo, a antiga secretária do *NYC Department of Homeless Services*, Linda Gibbs, assumiu compromisso público de “mudar o significado de *homelessness* [situação de rua]” enfatizando “melhor gestão” e “responsabilidade do cliente”(Gibbs apud Kolker, 2003). Segundo Gibbs, “Minha expectativa é que possamos efetivamente gerir isso de forma que as pessoas mudem seu comportamento”. Evidentemente, o que não faz parte dessa construção de “responsabilidade do cliente” são as restrições impostas pelos problemas sociais endêmicos da cidade, como práticas injustas de moradia ou ausência de educação adequada ou oportunidades de emprego. Em vez disso, uma das principais preocupações da secretária, como ela mesma afirma, era que “a cidade precisa cuidar para que as pessoas não abusem do sistema”. Outro exemplo do assujeitamento punitivo é a criminalização da situação de rua. Um relatório conjunto lançado no início de 2006 pela *National Coalition of the Homeless (NCH)* e pelo *The National Law Center on Homelessness & Poverty* descreve a prática crescente de criminalização da população em situação de rua em cidades nos Estados Unidos, mesmo diante do

crescimento dessa população e da incapacidade contínua das cidades em atender a demanda crescente por mais abrigos. Conforme indicado no relatório:

Uma desafortunada tendência nas cidades dos Estados Unidos nos últimos 25 anos tem sido voltar-se ao sistema penal para dar uma resposta às pessoas vivendo em espaços públicos. Essa tendência inclui medidas direcionadas à população sem teto tornando ilegal a prática de atividades de subsistência em público. Tais medidas proíbem atividades como dormir/acampar, comer, sentar e pedir esmolas em espaços públicos, incluindo, frequentemente, sanções penais pela violação dessas leis.

Em uma nação com o mais alto índice de encarceramento de seus cidadãos, isso significa aumento nos lucros para a indústria prisional privada.¹⁷ Tratados como criminosos pela polícia por seus esforços desesperados para permanecerem vivos, os sem-teto, indiscutivelmente o segmento populacional mais vulnerável, têm sido de forma crescente alvo de ataques violentos resultando em feridos e, em muitos casos, mortos.¹⁸ Um relatório publicado pela NCH em 2005 apontou que, em um período recente de quatro anos, mortes de sem-teto aumentaram 67%, enquanto ataques não-letais cresceram 128%. Vivendo e morrendo de acordo com a regra neoliberal da economia máxima, os sem-teto estão sujeitos aos efeitos mais duros e cruéis da governança doméstica. Eles são os destituídos da sociedade da propriedade. A racionalidade neoliberal trata a criminalidade de uma forma que parte de uma análise “disciplinar” (baseada em ciências humanas ou sociais) anterior de crime. Novamente aqui, o criminoso é subjetivado como sujeito livre, autônomo e racional que avalia os riscos incertos de ter que pagar um preço na

¹⁷ Ver artigo de 29 de fevereiro de 2008 publicado no *Washington Post*: “New High in U.S. Prison Numbers”. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wpdyn/content/story/2008/02/28/ST2008022803016.html> (acessado em 30 de abril de 2008).

¹⁸ Ver *press release* intitulado: “Hate Crimes and Violence Against Homeless People Increasing”. Disponível em <http://www.nationalhomeless.org/hatecrimes/pressrelease.html> (acessado em 30 de abril de 2008).

forma de punição diante dos geralmente mais garantidos benefícios do crime. De acordo com a teoria, Gary Becker se deparou com essa noção quando se viu diante da escolha entre estacionar seu carro de forma ilegal, estando sujeito a receber uma multa, ou estacionar legalmente em uma vaga menos conveniente. Após calcular cuidadosamente suas opções, ele optou pela via ‘criminal’. Como o próprio Becker afirmou, essa abordagem da criminalidade pela escolha racional é incapaz de reconhecer qualquer diferença significativa entre um assassinato e uma violação de estacionamento. Ou, na melhor das hipóteses, e já que crime é identificado como “qualquer ação que faz com que o indivíduo corra o risco de ser condenado a uma penalidade” (Foucault, 2008: 251), a diferença entre cometer um assassinato e estacionar ilegalmente é tão somente o tipo de penalidade que se está sujeito a receber. Na sua tentativa de deslocar o julgamento legal em favor do econômico, essa abordagem em relação ao comportamento humano elimina qualquer possibilidade de avaliação ética de ações que se estenderiam além do seu simples julgamento como lamentável erro de cálculo à luz do que é conveniente.

IV. Foucault e o neoliberalismo hoje – três preocupações

Ao mesmo tempo em que muitos pesquisadores e críticos beneficiaram-se da utilização da “caixa de ferramentas” de Foucault para descrever e analisar muitas das mesmas tendências que eu discuti acima,¹⁹ diversas questões foram levantadas a respeito da viabilidade ou efetividade desse uso. Eu descreverei brevemente três das que considero ser as preocupações mais relevantes como maneira de desenvolver minhas próprias tentativas de abordar essas questões, ainda que indiretamente, no restante desse artigo.

¹⁹ Além de Wendy Brown, citado acima, ver, por exemplo, NEALON, Jeffrey T. (2008). *Foucault Beyond Foucault: Power and its Intensifications Since 1984*. Stanford, CA: Stanford University Press; e ROSE, Nikolas (1999). *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.

A primeira preocupação é que o uso do conceito de neoliberalismo como termo descritivo numa análise crítica da sociedade contemporânea pode ser “insuficientemente genealógico”.²⁰ Ou seja, tal uso parece reivindicar uma visão aérea sobre as coisas, tendendo a generalizações excessivas e chegando a conclusões precipitadas. Em outras palavras, corre-se o risco de ignorar o tipo de análise genealógica paciente e detalhada que nos daria descrições perspicazes das formas de poder e saber específicas e locais que devem ser encontradas em funcionamento em nossa vida cotidiana. Eu já percorri um bom caminho na direção de oferecer descrições empíricas de experiências contemporâneas que refletem a governamentalidade neoliberal em funcionamento. Na próxima seção, apresentarei uma breve genealogia do neoliberalismo que começa por notar a especificidade da própria análise de Foucault no interior de um exame do liberalismo como estrutura da inteligibilidade da biopolítica.

Uma segunda preocupação, intimamente relacionada com a anterior, é que, ao focar a economicização da sociedade e a responsabilização dos indivíduos do neoliberalismo, alguns críticos as ofereceram equivocadamente como um novo paradigma de poder que superaria formas anteriores, assim como o poder disciplinar é às vezes considerado equivocadamente como a completa substituição do poder soberano em uma grande mudança histórica.²¹ Leitores cuidadosos sabem que Foucault alertou sobre esse tipo de erro ao indicar as complexas maneiras pelas quais as diferentes formas de poder coexistiram e complementaram umas às outras.²² Alguém

²⁰ Ao mesmo tempo em que não levanta o problema especificamente em relação ao neoliberalismo, Todd May expressa preocupação similar sobre o uso do conceito de “globalização” para descrever nosso presente. Ver seu artigo “Foucault Now?”. In: *Foucault Studies*, nº3 (November 2005). Ver, também, o último capítulo, “Are we still who Foucault says we are?” em seu livro *The Philosophy of Foucault*. Montreal: McGill-Queen’s University Press, 2006: 132-59.

²¹ Alan Milchman e Alan Rosenberg localizam esse problema em grande parte da teoria sobre governamentalidade anglo-saxã (Milchman e Rosenberg, 2008). Nancy Fraser descreveu o poder disciplinar como um “modelo fordista de regulação social” que não é mais útil para descrever a sociedade contemporânea. Ver seu artigo “From Discipline to Flexibilization? Rereading Foucault in the Shadow of Globalization”. In: *Constellations*, nº10, v. 2. Oxford: Blackwell Publishing, 2003, pp. 160- 71.

²² Durante uma discussão sobre Rousseau em sua aula de 1 de fevereiro de 1978 Foucault sugere: “... não devemos ver as coisas como uma substituição da sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e, então, de uma sociedade disciplinar por uma sociedade, digamos, de governo. Na realidade, temos um triângulo: soberania, disciplina e administração governamental...” (Foucault, 2007: 107).

poderia chamar atenção, por exemplo, para a explosão alarmante da população carcerária nos Estados Unidos e para o aumento mundial da utilização de tecnologias de vigilância como manifestações contemporâneas das formas de poder disciplinar e panóptico. Da mesma maneira, o reconhecimento público do uso da tortura pelo governo estadunidense pode ser considerado como um dos sinais característicos do poder soberano. Na próxima seção, apresentarei exemplos da presença de formas de poder soberano, disciplinar e panóptico na governamentalidade neoliberal, ao mesmo tempo em que apontarei o que considero como suas diferenças e modificações significativas.

Uma terceira e última preocupação é que a ênfase de Foucault no cuidado de si e na estética da existência, em suas últimas obras, serve bem aos objetivos do neoliberalismo de produzir indivíduos livres e autônomos preocupados em cultivar a si mesmos de acordo com diversas práticas de si (educação, qualidade de vida, desejo de competição, etc.).²³ Ou seja, o *homo economicus* é um bom exemplo da autoconstrução foucaultiana. Consequentemente, alguém poderia concluir que, em vez de contribuir com uma análise crítica do neoliberalismo, a obra de Foucault sobre o cuidado de si e as tecnologias de si nos fornece, no máximo, uma ferramenta inútil para isso, ou pior, fornece na realidade uma espécie de manual de suporte técnico para a agenda neoliberal de recodificar a sociedade e seus sujeitos. De fato, nós poderíamos estar equivocados em ler Foucault como crítico do neoliberalismo. Poderia ser que seu único interesse nisso fosse como uma alternativa crítica historicamente situada ao modelo biopolítico do Estado de bem-estar. Neste sentido, pelo que sabemos, ele poderia até mesmo ter sido um ingênuo defensor do neoliberalismo. Na genealogia a seguir, eu

²³ O livro de Jeffrey T. Nealon, *Foucault Beyond Foucault*, oferece uma caracterização dessa preponderante, mas equivocada, passagem na qual “as últimas investidas de Foucault sobre o sujeito auto-constituído e sua característica artística só podem nos lembrar dos atuais pôsteres de recrutamento do exército estadunidense (‘Become an Army of One’ [‘torne-se um exército de um’]) ou o *slogan* corporativo da Microsoft: ‘Where would you like to go today?’ [‘Onde você gostaria de ir hoje?’]” (p. 11).

darei particular atenção à história do *homo economicus* devido à sua centralidade na governamentalidade neoliberal. Eu já descrevi como o neoliberalismo encoraja os indivíduos a se engajar em práticas auto-formativas de subjetivação por meio de processos de assujeitamento social. Na última parte do meu artigo, eu discutirei a possibilidade de reconhecer e inventar outras formas de subjetivação que questionam e resistem ao assujeitamento neoliberal.

V. Uma breve genealogia do neoliberalismo

Inicio essa seção estabelecendo alguns pontos para consideração. O primeiro é que a questão sobre Foucault achar o neoliberalismo uma coisa boa ou ruim me parecer ser uma questão enviesada. Suas análises da governamentalidade buscaram, em grande medida, analisar as relações históricas entre poder, saber e subjetividade no intuito de melhor compreender o presente, identificar seus perigos e, talvez, localizar oportunidades possíveis para a resistência crítica. Tenho certeza de que ele recusaria, como o fez em muitos outros casos, o julgamento entre “bom” e “mau”. Além disso, se podemos afirmar que a maneira pela qual muitos de nós pensa, age e fala tornou-se, na últimas duas décadas, cada vez mais definida de forma consistente com as articulações da governamentalidade neoliberal, não é algo que Foucault pudesse ter antecipado quase 25 anos antes. Não podemos saber o que ele teria pensado da atualidade do nosso presente. O que sabemos é que Foucault considerou o neoliberalismo relevante o suficiente para examinar e discutir em suas aulas de 1978-79 em maior profundidade do que havia planejado inicialmente (Foucault, 2008: 185). Apesar do neoliberalismo ter sido utilizado com frequência como uma das “ferramentas” oferecidas por Foucault, talvez não seja dada a devida atenção à maneira pela qual ele mesmo a utiliza. É preciso lembrar que

sua discussão sobre o tema é realizada no contexto de uma análise do liberalismo como “a estrutura geral” ou “condição de inteligibilidade” da biopolítica (Idem: 327-8). Assim, ao final de sua aula em 10 de janeiro, ele afirmou: “apenas quando soubermos o que foi esse regime governamental chamado liberalismo, poderemos compreender o que é biopolítica” (Ibidem: 18). Considerando essa estrutura analítica podemos parar por um momento sobre o prefixo “neo” de neoliberalismo. Uma abordagem genealógica talvez pudesse procurar, em primeiro lugar, estabelecer seus possíveis vínculos com algumas das antigas formas de poder disciplinar e panóptico descritos por Foucault como constituintes da história do nosso presente.

Muitas das práticas contemporâneas que podem ser definidas em termos de neoliberalismo têm procedências históricas que podemos localizar na análise arqueológica/genealógica de Foucault. É difícil discutir com aqueles que apontariam para a atual expansão da população carcerária, o uso do trabalho de presos e o treinamento de ambos estudantes e prisioneiros em “empreendedorismo”,²⁴ a substituição de bem-estar (*welfare*) por *workfare*²⁵, o uso abusivo da vigilância, do treinamento, de testes, etc. como instâncias de manifestação contemporânea de algo que parece ser o poder disciplinar. Por exemplo, como ocorreu no “grande confinamento” descrito por Foucault em *Madness and civilization* (Foucault, 1965: 34-64), o atual encarceramento de um número sem precedente de pessoas nos Estados Unidos não é simplesmente um ato negativo de exclusão que objetiva a proteção e preservação de uma ordem social pré-determinada. É um meio positivo de produzir certos tipos de sujeitos de acordo com um determinado dispositivo biopolítico implementado pela polícia (entendido aqui no amplo sentido

²⁴ Ver, por exemplo, a transcrição do relatório da PBS News Hour veiculado em 15 de janeiro de 2007 nos programas da NIFTY em uma escola de Providence, Rhode Island e na unidade prisional de Rikers Island.

²⁵ Condição em que o trabalhador, para ter acesso aos benefícios sociais, deve passar por programas de treinamento e requalificação e também dedicar-se a serviços sociais não-remunerados (N.T.).

governamental do termo utilizado no século XVIII conforme apontado por Foucault)²⁶ com o intuito de produzir uma certa ordem social. O que parece ser único a respeito das formas de punição do neoliberalismo é que elas reconhecem um certo contínuo entre as pessoas que estão encarceradas e as que não estão. Enquanto o Hospital Geral descrito por Foucault serviu para constituir uma divisão entre sujeitos normais e patológicos, a governamentalidade neoliberal pretende produzir algo como um plano social graduado ao constituir *todos* os sujeitos como “igualmente desiguais”. Encarcerados ou não, todos os sujeitos neoliberais são considerados “iguais” e “livres”. Divisões sociais certamente existem; de fato, muitas delas (como as disparidades econômicas) têm crescido regularmente, mas, como vimos, o neoliberalismo atribui tais divisões ao fracasso das escolhas e responsabilidades *individuais*. Quando Foucault discute a concepção neoliberal de criminalidade, ele conclui que “há uma eliminação antropológica do criminoso” e “o que aparece no horizonte desse tipo de análise não está no ideal ou no projeto de uma sociedade exaustivamente disciplinar na qual a rede legal envolvendo indivíduos é dominada e ampliada internamente por, digamos assim, mecanismos normativos” (Idem: 258-9). Em oposição às formas tradicionais de poder disciplinar, essas instâncias contemporâneas impõem um contínuo que *começa* com a concepção de indivíduos *já* como átomos individualizados de interesse próprio, racionais e calculistas. Uma vez que esses princípios são incorporados no interior de instituições de governo, de relações sociais, de disciplinas acadêmicas, do local de trabalho e de políticas profissionais organizacionais, indivíduos são encorajados e levados a construir a si mesmos (suas práticas, compreensão e modo de falar) de acordo com suas regras, frequentemente em decorrência de necessidade prática. De outro lado, parece que muitas descrições de Foucault da

²⁶ FOUCAULT, Michel. “The Political Technology of Individuals”. In: MARTIN, Luther H.; GUTMAN, Huck; HUTTON, Patrick H. (orgs.) (1988). *Technologies of the Self*. Amherst, MA: The University of Massachusetts Press, pp. 145-62. Neste texto Foucault explica que: “A polícia não governa pela lei, mas por uma intervenção específica, permanente e positiva no comportamento dos indivíduos” (Idem: 159).

sociedade e do governo do século XIX encontram eco na sociedade contemporânea, assim como corpos dóceis sujeitos ao treinamento e julgamento contínuos, ou os pobres sendo criminalizados e expulsos das cidades. Não requer muita imaginação escutar a descrição de Bourdieu da atual cultura de trabalho empreendedor, citada acima, uma repetição da descrição de Foucault sobre os efeitos do panoptismo:

A eficiência do poder, sua força coercitiva passou, em certo sentido, para o outro lado – para o lado de sua superfície de aplicação. Aquele que é sujeito a um campo de visibilidade, e que sabe disso, assume a responsabilidade pelas coerções do poder; ele as faz jogar espontaneamente sobre si; ele inscreve nele mesmo a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente ambos os papéis; ele se torna o princípio de sua própria subjetivação (Foucault, 1979: 202-3).

Nós encontramos precedentes significativos como este no passado, mas, como esclarece Bourdieu, os novos valores promulgados nessa forma contemporânea de panoptismo são exclusivamente empreendedores. Não encontramos aqui qualquer referência à moralidade tradicional cristã ou descrições do “ócio” como pecado. Se o panóptico, como descrito por Foucault, foi um vasto experimento que utilizou diversas técnicas para encontrar a que melhor funcionava, os ambientes de trabalho contemporâneos podem muito bem ser uma de diversas aplicações de seus resultados. Se um dos efeitos do panoptismo é produzir sujeitos *livres*, a questão central não é então liberar os indivíduos dessa ou daquela coerção, mas examinar o dispositivo dentro do qual os sujeitos estão condicionados e coagidos como sujeitos *livres*. Os trabalhadores descritos por Bourdieu, os sem-teto que são tratados como “clientes” e criminosos, aqueles que são pobres graças à sua própria “má gestão” e aqueles cidadãos descritos por Brown que conseguem definir estratégias para si dentre as opções disponíveis, mas não desempenham papel algum na determinação de suas opções – são todos livres. Mas sua

liberdade é definida, condicionada e confinada no interior de uma forma de assujeitamento caracterizada pela crescente competição e insegurança social. Trata-se de um dispositivo que produz apenas certos tipos de liberdade compreendida em termos de uma noção específica de interesse próprio (incluindo formas coletivas, comunitárias e públicas de interesse próprio) que aparece necessariamente como imprudente, não-lucrativa, inconveniente e similares. Em vez de representar um novo paradigma de poder, o neoliberalismo talvez constitua um triângulo de poder soberano-disciplinar-governamental.

Voltando ao *homo economicus*, que poderia ser melhor descrito como o sujeito que seria “o princípio de sua própria sujeição” devido às condições de seu ambiente, reconhecemos que essa forma prescrita de subjetividade também tem suas procedências históricas na biopolítica do liberalismo. Em seu artigo “A etologia do *homo economicus*”, Joseph Persky localiza o uso original do termo *homo economicus* no final do século XIX (Persky, 1995: 221-31). Ele identifica ali o termo em uma série de respostas críticas à obra de John Stuart Mill sobre economia política, particularmente seu ensaio de 1836 “Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela” (Mill, 1967: 120-64). Neste e em escritos posteriores, Mill utilizou um sujeito humano hipotético abstrato útil ao propósito da análise econômica. O próprio Mill nunca utilizou o termo e, portanto, “homem econômico” apareceu pela primeira vez como uma repreensão satírica àquilo caricaturado como o “animal-fazedor-de-dinheiro” de Mill, um ser imaginário interessado apenas na acumulação egoísta de riqueza. Para ser justo com Mill, sua efetiva descrição desse homem auto-interessado também incluía o desejo pelo luxo, lazer e procriação. Interessante notar que a questão do trabalho não fazia parte desse quadro, a não ser na medida em que se preocupava com o desejo supostamente natural de evitar o trabalho e entregar-se a custosas indulgências que ameaçavam impedir a acumulação de riqueza. O cálculo racional, característica central

do atual *homo economicus*, estava, obviamente, ausente. Persky aponta que a abordagem de Mill era basicamente a do *laissez-faire*, mas que ele havia também introduzido a propriedade e a distribuição de lucro como elementos motivadores. Ao mesmo tempo em que ele tratava o *homo economicus* como uma espécie de ser natural, ele estava também ciente de que a constituição das preferências individuais, paixões e o desenvolvimento geral do caráter deveriam ser estudados por meio de uma “etologia política”. De acordo com Persky:

Sendo rigoroso, Mill entendia os esforços em analisar o desenvolvimento do caráter como a própria tarefa da etologia, ciência que ele considerava logicamente subsequente à psicologia elementar. Etologia, segundo Mill, era a ciência ‘que determinava o tipo de caráter produzido em conformidade com as leis gerais [da psicologia], por qualquer circunstância, físicas e morais’. De acordo com o método geral de Mill das ciências e das artes, etologia (como a economia política) produziu *axiomata media*, ou teoria intermediária – deduções logicamente precisas derivadas de princípios iniciais reconhecidamente frágeis que poderiam, então, ser aplicados em artes úteis. Portanto, a arte correspondente à etologia era a ‘educação’, ou o que hoje poderia ser chamado de ‘construção do caráter’ (Persky, 1995: 226).

Ao mesmo tempo em que esse breve exemplo não substitui uma minuciosa análise genealógica do *homo economicus*, o interesse de Mill nessa “arte” da “construção de caráter” é uma provocação indicativa de que enquanto a racionalidade política do liberalismo clássico pode ter recorrido à “natureza” e à “propensão humana a ‘traficar, transportar e trocar’” (Brown, 2005: 41), ela estava também preocupada com o problema governamental da condução de conduta.²⁷ O que Persky descreve

²⁷ Eu discordo pelo menos parcialmente nesse ponto de Wendy Brown quando ela sugere que, em oposição ao liberalismo econômico clássico, o “neoliberalismo não concebe nem o próprio mercado nem o comportamento econômico racional como puramente naturais” (2005: 41). Ela está certa sobre o neoliberalismo, mas eu não estou seguro de que esse elemento o distinga do liberalismo clássico. Primeiro e mais importante, o liberalismo é explicitamente uma *arte* de governar preocupada com a condução das condutas apesar de seus apelos à “natureza”. Segundo, o neoliberalismo tem ainda o efeito de fazer com que a competição entre indivíduos parece “natural” ou uma questão de “senso comum” como um resultado de suas intervenções ativas no campo social.

neste artigo é o interesse de Mill em uma tecnologia de assujeitamento. Especificamente, ele encontra em Mill um questionamento sobre as técnicas disponibilizadas por meio de diversas formas de conhecimento científico para a produção de uma forma de subjetividade com um certo *ethos* para servir aos interesses da economia política. O *homo economicus*, em outras palavras, é introduzido historicamente como um sujeito moderno da governamentalidade; um sujeito biopolítico do poder/saber.

Foucault descreve a versão clássica do *homo economicus* como “o homem de troca”. Ele aparece como uma figura que deve ser analisada em termos de uma teoria utilitária das necessidades. Seu comportamento e modo de ser devem ser divididos e analisados em termos de suas necessidades, o que o levou a se engajar em um processo utilitário de troca (Foucault, 2008: 224). Em contraste, no neoliberalismo, o *homo economicus* não é mais um parceiro de trocas, mas é construído como “um empreendedor e um empreendedor de si”. Como tal, ele é seu *próprio* capital, seu *próprio* produtor e a fonte de seus *próprios* ganhos. Mesmo em termos de consumo (e aqui de novo Foucault refere-se diretamente a Becker) o *homo economicus* neoliberal é reconhecido como produtor de sua *própria* satisfação. No lugar de todas as antigas análises sociológicas sobre consumo de massa e sociedade de consumo, o consumo em si torna-se uma atividade empreendedora possível de ser analisada apenas em termos do sujeito individual que é agora reconhecido como uma entre diversas unidades-empreendedoras produtivas (Idem: 225). Na medida em que o indivíduo empreendedor não é diretamente sujeito às formas de poder disciplinar e normalizador, o neoliberalismo é mais “tolerante” à diferença. Ao contrário, a sociedade deve ser organizada de tal forma que possa ser dividida ou quebrada não em termos do “grão” de indivíduos, mas de acordo com o “grão” de empresas.

Foucault demonstrou que, desde sua origem, a biopolítica constituiu

sujeitos modernos em termos científicos e econômicos empiricamente verificáveis. *Vigiar e punir* apresenta descrições detalhadas do treinamento de indivíduos com imperativos de conveniência, eficiência e economia. A obra ilustra ainda a importância da vigilância e exame constantes enquanto um sujeito se desloca de um espaço institucional a outro. Conforme indicado acima, a análise de Foucault do panoptismo descreve como o sujeito biopolítico disciplinado é constituído para internalizar formas particulares de responsabilidade para si por meio de práticas de subjetivação. Uma das tarefas exigidas para a produção de genealogias do neoliberalismo e do *homo economicus* é identificar formas específicas de saber que informam e são produzidas por práticas neoliberais, tanto individuais como institucionais. Se as formas históricas de poder disciplinar e subjetivação utilizaram as ciências humanas e sociais e disciplinas correlatas (psicologia, antropologia, ciência política, pedagogia, etc.), um estudo deveria ser feito sobre as formas de saber que supostamente ocuparam seu lugar ou nelas se infiltraram. O desdobramento mais evidente nesse sentido seria a medida pela qual a teoria da escolha racional, a chave do *homo economicus* contemporâneo, abriu caminho por entre diversas disciplinas, da microeconomia a sociologia, ciência política e filosofia. Como afirma Foucault em sua última aula de 1979:

Assim, há um novo problema, a transição a uma nova forma de racionalidade em relação à qual a regulação do governo está fixada. Não se trata agora de modelar o governo a partir da racionalidade do soberano individual que pode dizer ‘eu, o Estado’, [mas] a partir da racionalidade daqueles que são governados como sujeitos econômicos e, de maneira geral, como sujeitos de interesse no sentido mais geral do termo (Ibidem: 312).

VI. Ética e resistência crítica

Não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo (Foucault, 2005: 252).

Independente de o neoliberalismo ser visto, em última análise, como uma forma de governamentalidade radicalmente nova ou apenas um conjunto de variações do liberalismo clássico, podemos reconhecer, certamente, que há determinadas características nas práticas contemporâneas que são novas na história da governamentalidade, muitas das quais já discuti anteriormente. Outro desses recursos extraordinários é a medida na qual a imposição de valores de mercado contribuiu para a extirpação de qualquer autonomia que poderia ter existido entre discursos, instituições e práticas econômicas, políticas, legais e morais. Foucault aponta, por exemplo, que no século XVI os juristas eram capazes de situar a lei em uma relação crítica com a razão de Estado no intuito de questionar o poder soberano do rei. Em contraste, o neoliberalismo, pelo menos em suas formulações mais utópicas, é o sonho de uma forma de governança perfeitamente ilimitada (em oposição talvez a totalizadora) e amplamente envolvente (em oposição a excludente e normalizadora) que eliminaria efetivamente todos os desafios e oposições. Isso parece ser o tipo de coisa que Margareth Thatcher sonhava quando afirmou que “não havia alternativa”.²⁸ Tais formulações sobre o que poderia ser chamado de “hiper-capitalismo” parece conferir a eles mesmos certas formas tradicionais de crítica. Entretanto, análises críticas que produzem concepções totalizadoras de poder e dominação correm o mesmo risco, apontado acima, de negligenciar as formações de poder e saber às vezes sutis e complexas que podem ser relevadas por meio de análises genealógicas de práticas locais. É importante para qualquer análise genealógica o reconhecimento de que ao mesmo tempo em que não há um “fora” em relação ao poder, resistência e poder são limítrofes, fluidos e, a não ser em casos de dominação, reversíveis. Há um eco dessa formulação na compreensão de Foucault sobre governamentalidade como “a condução de conduta”.

²⁸ Esse comentário foi feito durante a conferência de imprensa para correspondentes estadunidenses na sede do governo britânico em Londres, em 25 de junho de 1980.

Governamentalidade não se trata de uma força dominante que exerce controle direto sobre a conduta de indivíduos, mas uma tentativa de determinar as condições nas quais, ou entre as quais, indivíduos são capazes de conduzir-se livremente. E podemos verificar como isso mostra-se especialmente verdadeiro no caso do neoliberalismo, na medida em que é a própria sociedade e não o indivíduo que é o objeto direto do poder. Foucault apresenta exemplos disso em “O sujeito e o poder”, no qual discute diversas lutas de resistência que se desenvolveram nos últimos anos, tais como a “oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, dos pais sobre os filhos, da psiquiatria sobre os doentes mentais, da medicina sobre a população, da administração sobre os modos de vida” (Foucault, 1983: 211). Apesar de sua diversidade, essas lutas eram significativas para Foucault, pois compartilham um conjunto de pontos comuns que nos permite identificá-las como formas de resistência à governamentalidade, ou seja, “crítica”. Por meio de seus exemplos, Foucault aponta a natureza local e imediata da resistência. Estas lutas de oposições enfocam os efeitos de poder experimentados pelos indivíduos diretamente sujeitos a eles. Apesar de serem formas de resistência locais, anárquicas, Foucault aponta que elas não são necessariamente limitadas a um lugar, mas se cruzam com lutas que ocorrem em outros espaços. É importante sublinhar o fato dessas lutas serem respostas críticas a formas contemporâneas de governamentalidade, particularmente as técnicas administrativas de assujeitamento utilizadas para moldar os indivíduos em termos de suas condutas livres.²⁹ Essas lutas questionam a condição do indivíduo em relação à vida comunitária, em termos das formas de saber e instrumentos de julgamento utilizados para determinar a “verdade” dos indivíduos e em relação ao obscurecimento das diferenças reais que fazem dos indivíduos seres irredutivelmente individuais.

²⁹ Como afirma Foucault: o “poder é exercido apenas sobre sujeitos livres, e apenas enquanto forem livres” (Foucault, 1983: 221).

Ao amarrar todas estas formas de resistências, coloca-se a questão “quem somos nós?”. Enquanto alguns podem estar preocupados em saber *quem* é esse *nós* sugerido por Foucault, tanto aqui como em sua discussão sobre Kant e as luzes, eu acredito que a pergunta é de certa forma sua própria resposta. Em outras palavras, ela é destinada a permanecer um questionamento crítico incessante que não pode ser definitivamente respondido, ou, como aponta John Rajchman, é uma pergunta que só pode ser respondida por aqueles que a fazem e por meio do processo de formulá-la. Em sua introdução a *The politics of truth*, ele escreve:

O ‘nós’ vem sempre depois, emergindo apenas por meio da incessante luz que suas atividades exercem sobre os costumes e práticas pelos quais as pessoas acabam governando a si mesmas – e, portanto, veem a si mesmas e umas às outras. De fato, é precisamente nisso que reside a originalidade da atitude crítica, sua forma singular de universalidade, sua relação distintiva ao ‘hoje’—ao ‘agora’, ‘o presente’, *l’actuel* (Rajchman, 2007: 14-5).

Essa “atitude crítica” a que se refere Foucault reiteradamente em todas as suas discussões sobre Kant nas décadas de 1970 e 1980 é inseparável tanto de suas análises sobre a governamentalidade quanto de suas discussões sobre ética e a história da experiência do relacionamento entre sujeito e verdade. No intuito de obter acesso à verdade, ou seja, no intuito de obter o “direito” à verdade, os indivíduos precisavam cuidar de si pelo envolvimento em certas práticas autotransformadoras ou exercícios ascéticos. Encontramos aqui formas críticas e resistentes de subjetivação em que, em vez de objetivar a si próprio no interior de um determinado discurso de poder/saber, indivíduos engajaram-se em práticas de liberdade que lhes permitiram envolver-se em *parrhesia* ética ou em falar a verdade *ao* poder. Na modernidade, entretanto, seguindo aquilo que Foucault identificou como “o momento cartesiano”, o princípio “cuide de si” foi substituído pelo imperativo “conheça a

si mesmo” (Foucault, 2005: 1-24). Na vida contemporânea, aquilo que fornece ao indivíduo acesso à verdade é o saber e apenas o saber, incluindo o saber sobre si mesmo. Nesse contexto, o conhecimento de si não é algo produzido por meio do trabalho que os indivíduos realizam sobre si mesmos, mas algo fornecido por disciplinas como a biologia, a medicina e as ciências sociais. Essas formas modernas de saber, evidentemente, tornam-se cruciais à emergência das formas biopolíticas de governamentalidade. Ao mesmo tempo em que indivíduos foram em um determinado momento levados a cuidar de si pelo uso de técnicas éticas autoreflexivas para dar forma a sua liberdade, a biopolítica moderna assegura que indivíduos já estão sendo cuidados em termos de formas biológicas e econômicas de saber e práticas. Como afirma Edward F. McGushin em seu livro *Foucault's Askesis: an introduction to the philosophical life*:

O poder opera pelo investimento, definição e cuidado do corpo compreendido como uma unidade bioeconômica. A função do biopoder é definir a liberdade e a verdade do indivíduo em termos econômicos e biológicos. À razão é dada a tarefa de compreender o corpo nesses termos e estabelecer as condições nas quais ele pode ser livre. (...) A formação das disciplinas marca o momento em que a própria *askesis* foi absorvida pela biopolítica (McGushin, 2007: 239).

Foucault identifica explicitamente a crítica, não como uma forma transcendental de julgamento que subordinaria o particular a uma regra geral, mas como uma “atitude” propriamente moderna que pode ser estabelecida historicamente como companhia constante do poder pastoral e da governamentalidade. Como aponta Judith Butler em seu artigo “What is critique? An essay on Foucault’s virtue”,³⁰ crítica é uma atitude, distinta do julgamento, precisamente por expressar uma abordagem cética

³⁰ David Ingram (Org). *The Political: Readings in Continental Philosophy*. London: Basil Blackwell, 2002.

ou questionadora sobre as regras e racionalidades que servem como base para o julgamento no interior de uma forma particular de governança. Desde suas formações primárias, segundo Foucault, a arte do governo sempre dependeu de certas relações com a verdade: verdade como dogma, verdade como conhecimento individualizante de indivíduos, e verdade como uma técnica de reflexão que compreende regras gerais, conhecimento particular, preceitos, métodos de investigação, confissões, entrevistas, etc.. E, ao mesmo tempo em que a crítica desempenhou uma função *dentro* da arte do próprio governo, como vimos no caso tanto do liberalismo como do neoliberalismo, ela também possibilitou o que Foucault chamava de “a arte de não ser governado, ou melhor, a arte de não ser governado daquela maneira e àquele custo” (Butler, 2002: 45). A crítica não é nem uma forma de julgamento teórico abstrato, nem uma completa rejeição ou condenação a formas específicas de governança. Ela é antes um engajamento prático e agonístico, um reengajamento ou desengajamento com as racionalidades e práticas que levaram alguém a tornar-se um certo tipo de sujeito. Em seu ensaio “What is enlightenment?” [“O que são as luzes?”], Foucault sugere que essa atitude moderna é uma escolha voluntária feita por certas pessoas, uma forma de agir e de se comportar que ao mesmo tempo e de uma só vez marca uma relação de pertencimento e se apresenta como uma tarefa (Foucault, 1997:113). Sua tarefa remete a uma “investigação histórica sobre os acontecimentos que nos levaram a constituir a nós mesmos e a nos reconhecermos como sujeitos daquilo que fazemos, pensamos [e] dizemos (Idem: 125). Mas como podemos distinguir os tipos de resistência que interessavam a Foucault dos infinitos chamados para “fazer suas próprias coisas” ou para “ser tudo aquilo que você pode ser” que se espalham em todas as direções, de campanhas políticas a propagandas comerciais? Como é que Foucault, para voltar à última das três preocupações levantadas anteriormente, não acaba simplesmente

fornecendo suporte técnico a formas neoliberais de subjetivação? De um lado, podemos distinguir ações críticas de resistência e autoconstrução ética daquilo que Foucault chamou de “culto californiano de si” (Foucault, 1983: 245), ou seja, o fascínio com as técnicas destinadas a auxiliar na descoberta do eu “verdadeiro” e “autêntico” de alguém, ou as formas de rebelião meramente “cosméticas” utilizadas para consumo diário e satisfação. De outro lado, devemos ser cuidadosos em não rejeitar formas de construção de si como “meramente” estéticas. Como indica Timothy O’Leary em seu livro *Foucault and the arts of ethics*, a noção foucaultiana de estética da existência se contrapõe à concepção moderna de arte como um campo singular, necessariamente dissociado do social, político e estético, pelo menos no que se refere à sua questão sobre o porquê uma lâmpada ou uma casa pode ser uma obra de arte, mas uma vida não. O’Leary afirma que:

Foucault está menos interessado no poder crítico da arte do que no poder ‘artístico’ ou ‘plástico’ da crítica. Para Foucault, não apenas nenhuma vantagem deriva da autonomia da estética, mas essa autonomia restringe desnecessariamente nossas possibilidades de autoconstituição. Portanto, Foucault não está apenas ciente da natureza específica da estética após Kant, mas é hostil a ela (O’Leary, 2002:129).

O que O’Leary corretamente identifica aqui é o interesse de Foucault em uma estética da existência que se situa especificamente numa relação crítica, mas imanente às formas pelas quais nossa individualidade nos é dada de antemão por meio de práticas ordenadas e formas de saber que determinam a verdade sobre nós. A questão não é como podemos distinguir formas de resistência “autênticas” (seja lá o que isso signifique) de outras “meramente” estéticas. É antes uma questão de investigar se as práticas em que nos engajamos reforçam ou resistem à forma pela qual nossa liberdade – como pensamos, agimos e falamos

– tem sido governada de maneira limitante e intolerável. Para resumir, a resistência crítica oferece possibilidades para uma experiência de desassujeitamento. Especialmente em relação a formas neoliberais de governamentalidade, isso envolveria resistir, evitar, contrariar ou se opor não apenas às formas pelas quais nós temos sido encorajados a ser pouco mais do que sujeitos auto-interessados da escolha racional (com exceção de outras formas de ser e frequentemente a despeito daqueles “irresponsáveis” outros que “escolheram” não reunir quantidades adequadas de capital humano), mas também às formas pelas quais nossos ambientes sociais, instituições, comunidades, locais de trabalho e formas de engajamento político têm sido reformados no intuito de estimular a produção do *homo economicus*. Infinitos exemplos desse tipo de trabalho podem ser encontrados em diversos lugares, do movimento internacional antiglobalização à organização comunitária local.

Talvez seja muito cedo para determinar a viabilidade do neoliberalismo como uma forma de governamentalidade e “referencial de inteligibilidade” para pensarmos o presente, particularmente enquanto ele continua a coexistir com outras formas mais disciplinares e normalizadoras de poder/saber/subjetividade. Ele certamente parece ter expandido e se tornado mais predominante do que quando analisou Foucault no final da década de 1970. De qualquer maneira, a prova estará em nossas práticas, ou seja, um melhor entendimento irá emergir pela aderência a nossas atividades diárias, o que dizemos e o que pensamos, nossos compromissos e obrigações, bem como os tipos de verdade sobre nós mesmos de que dependemos e que reforçamos no processo de realizá-los. Devemos continuar a prestar atenção sobre como formas neoliberais de governamentalidade continuam a reforçar e expandir o *homo economicus* como uma forma de subjetivação que pode ser diretamente vinculada a uma maior disparidade de riqueza e pobreza crescente, a degradação ambiental, a avaliação e legitimação da governança por meio apenas de

valores de mercado, a taxas crescentes de encarceramento, a intervenção crescente de valores privados empresariais e interesse sobre as nossas vidas cotidianas, ao desaparecimento da praça pública e a um crescimento na restrição de direitos políticos dos cidadãos. Tudo isso pode ser enfrentado tendo em vista a cautelosa sugestão de Foucault de que as “pessoas sabem o que fazem; frequentemente sabem porque fazem o que fazem; mas o que elas não sabem é o que faz aquilo que fazem” (Dreyfus e Rabinow, 1983:187).

Tradução do inglês por Andre Degenszajn

Referências bibliográficas

- BOURDIER, Pierre (1998). “The Essence of Neoliberalism”. Tradução de Jeremy J. Shapiro. In: *Le Monde diplomatique* (Dezembro de 1998). <http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu> (consultado em 30/04/2008).
- BUTLER, Judith (2002). “What is critique? An Essay on Foucault’s Virtue”. In: INGRAM, David (org.). *The Political: Readings on Continental Philosophy*. Londres: Basil Blackwell.
- DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul (1983). “Power and Truth”. In *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago, IL: The University of Chicago Press. [Em Português: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul (1995). “Poder e verdade”. In: *Michel Foucault, uma trajetória filosófica — para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrera. Rio de Janeiro: Forense Universitária].
- FOUCAULT, Michel (1965). *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*. Tradução de Richard Howard. New York: Random House. [Em português: FOUCAULT, Michel (1978). *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva].
- _____. (1979). *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Tradução de Alan Sheridan. New York: Random House. [Em português: FOUCAULT, Michel (1979). *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes].
- _____. (1983). “The Subject and Power”. In Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow, *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago, IL: University of Chicago Press. [Em Português: FOUCAULT, Michel (1995). “O Sujeito e o Poder”. In: DREYFUS e RABINOW, op. cit.].
- FOUCAULT, Michel (1983b). “On the Genealogy of Ethics: An Overview of Work in Progress”. In DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul . *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press. [Em Português: FOUCAULT, Michel (1995). “Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho”. In: DREYFUS e RABINOW, op. cit.]
- FOUCAULT, Michel (1993). “About the Beginning of the Hermeneutics of the Self: Two Lectures at Dartmouth”. In: *Political Theory*, nº 21, v. 2.
- FOUCAULT, Michel (1997). “What is Enlightenment?”. In: LOTRINGER, Sylvère (org.). *The Politics of Truth*. Los Angeles, CA: Semiotext(e). [Em Português: FOUCAULT, Michel (2005). “O que são as luzes?”. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Ditos e escritos II — Arqueologia das ciências e*

- história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária].
- FOUCAULT, Michel (2005). *The Hermeneutics of the Subject: Lectures at the Collège de France 1981-82*. Tradução de Graham Burchell, organização de Frédéric Gros. New York: Palgrave MacMillan. [Em português: FOUCAULT, Michel (2004). *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes].
- FOUCAULT, Michel (2007). *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Tradução de Graham Burchell, organização de Arnold I. Davidson. New York: Palgrave Macmillan. [FOUCAULT, Michel (2008). *Segurança, Território e População*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes].
- FOUCAULT, Michel (2008). *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Tradução de Graham Burchell, organização de Arnold I. Davidson. New York: Palgrave Macmillan. [Em português: FOUCAULT, Michel (2008). *O nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes].
- KOLKER, Robert (2003). “Home for the Holidays”. In: *New York Magazine* (6 de janeiro de 2003)
- MARX, Karl (1964). “Estranged Labor”. In: *The Economic & Philosophic Manuscripts of 1844*, organizado por Dirk J. Struik. New York: International Publishers.
- McGUSHIN, Edward F. (2007). *Foucault’s Askesis: An Introduction to the Philosophical Life*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- MILCHMAN, Alan e ROSENBERG, Alan (2008). “The Final Foucault: Government of Others and Government of Oneself”. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- MILL, John Stuart (1967). “On the Definition of Political Economy; and on the Method of Investigation Proper to It”. In *Collected Works*, vol. 4. Toronto: University of Toronto Press.
- O’LEARY, Timothy (2002). *Foucault and the Art of Ethics*. London: Continuum.
- PERSKY, Joseph (1995). “The Ethology of *Homo Economicus*”. In: *Journal of Economic Perspective*, nº 9, v.2.
- RAJCHMAN, John (2007). “Introduction: Enlightenment Today”. In: LOTRINGER, Sylvère (org.). *The Politics of Truth*. Los Angeles, CA: Semiotext(e).